

**MAURÍCIO EDUARDO DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO  
DO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE SESSENTA**

**Monografia elaborada como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel  
em Ciências Econômicas, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade  
Federal do Paraná.**

**Prof. Mariano Matos Macedo.**

**CURITIBA**

**2005**

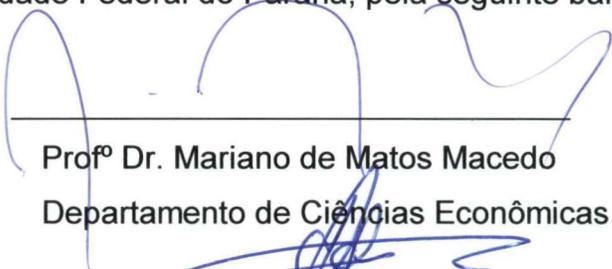
## TERMO DE APROVAÇÃO

**MAURÍCIO EDUARDO DE OLIVEIRA**

### **A INFLUÊNCIA DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE SESSENTA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



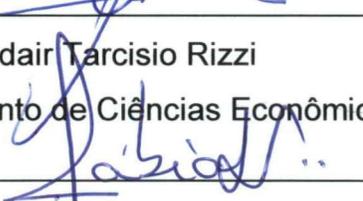
---

Profº Dr. Mariano de Matos Macedo  
Departamento de Ciências Econômicas

Membros:

---

Profº Dr. Aldair Tarcisio Rizzi  
Departamento de Ciências Econômicas



---

Profº Dr. Fábio Dória Scatolin  
Departamento de Ciências Econômicas

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	iii
LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	v
RESUMO.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 O CAFÉ NO PARANÁ.....	2
2.1 HISTÓRICO DA CHEGADA.....	2
2.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE.....	3
2.3 TAMANHO DAS PROPRIEDADES.....	9
2.4 CARACTERÍSTICAS DAS MICRORREGIÕES.....	10
2.5 TRABALHADORES DO CAFÉ.....	12
2.5.1 Colono.....	12
2.5.2 Parceiros.....	13
2.5.4 Arrendamento.....	13
3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ COM O CAFÉ NA DÉCADA DE 60.....	14
3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ.....	14
3.1.1 O Tropeirismo.....	14
3.1.2 Erva Mate.....	15
3.1.3 Café.....	16
3.2 CICLO DO CAFÉ NO PARANÁ NOS ANOS 60.....	18
3.3 A PRODUÇÃO PARANAENSE.....	244
3.4 AS NOVAS CULTURAS (DIVERSIFICAÇÃO).....	25
3.5 ERRADICAÇÃO DE CAFEIROS NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES.....	277
3.6 CAPITAL CAFEIEIRO.....	344
3.7 IMPORTÂNCIA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS.....	355
3.8 COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAFÉ.....	366
3.9 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA EM RELAÇÃO AO BRASIL.....	377
3.11 INFRAESTRUTURA.....	3838
3.10.1 Rodovias.....	38
3.10.2 Ferrovias.....	39
3.10.3 Programa de Obras Rodoviárias.....	39
4 CONCLUSÃO.....	411
REFERÊNCIAS.....	422
ANEXOS.....	433

## LISTA DE SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
BNH	Banco Nacional da Habitação
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
CODEPAR	Companhia de desenvolvimento econômico do Paraná
CTNP	Companhia Nacional Melhoramentos do Paraná
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBPT	Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica
SENA	Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ.....	8
TABELA 2 - CIDADES QUE FORAM CRIADAS NO PERÍODO CAFEEIRO.....	20
TABELA 3 – PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CAFÉ (1961-1979) NACIONAL (1961-1979).....	222
TABELA 4 - PRODUÇÃO CAFEEIRA .....	27
TABELA 5 - EFEITOS DAS GEADAS NO PARANÁ -1962 -1975 (EM SC. 60 KG)	2828
TABELA 6 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ (1920/1968 MIL SACAS DE 60 KG).....	2929
TABELA 7 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE CAFÉ NO BRASIL E PARANÁ - 1947 A 1981.....	377

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ .....	8
GRÁFICO 2 – CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO PARANÁ.....	9
GRÁFICO 3 – ECONOMIA PECUÁRIA NO PARANÁ.....	15
GRÁFICO 4 – PRODUÇÃO DE MATE DO PARANÁ.....	16
GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO DE CAFÉ – SÃO PAULO E PARANÁ.....	333
MAPA 1 – SISTEMA FERROVIÁRIO .....	400

## RESUMO

O tema principal da monografia é o café, o qual influenciou, na década de 60, o desenvolvimento do norte do Paraná. O tema será abordado dentro de um contexto histórico. Portanto, a cafeicultura paranaense foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado do Paraná, em razão de como se desenvolveu o norte do Paraná: povoamento, micro-regiões, venda das terras, trabalhadores do café, e de como o capital cafeeiro teve a sua importância para o desenvolvimento da região; por exemplo, a criação de cidades, núcleos de povoamento, estradas, ferrovias, as quais foram fundamentais para o Paraná. Foi, portanto, dentro desse contexto, na década de 60, que o Estado ganhou notoriedade, isto é, através de um alto índice de crescimento demográfico e com a produção de café, que surpreendeu aos demais estados da federação. Assim, o Paraná se transformou no maior produtor de café do Brasil. É dentro desse contexto que a pesquisa tenta abordar o desenvolvimento do norte do Paraná na década de 60.

## 1 INTRODUÇÃO

O café no Brasil e, principalmente, no Paraná teve uma importância elevada na economia. Em um contexto geral, o café surge como uma economia sem muito prestígio, mas a partir do século XVIII, com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos em 1808, o café passa a ter uma certa importância para a economia brasileira. O café é uma planta de características bem próprias.<sup>1</sup>

Em relação ao Paraná, o café foi responsável pela ocupação do norte do Estado, com um espantoso crescimento demográfico jamais visto na história moderna do Brasil, não esquecendo o cenário econômico, fazendo com que o Estado assumisse o posto de principal produtor do País.

Atualmente, o Paraná é composto de 211 municípios e a região norte ocupa quase 40% da área total do Estado, em uma região basicamente agrícola com ênfase nas culturas de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, algodão, feijão, café, mandioca e arroz. Os dois maiores centros do norte são Londrina e Maringá, que estão passando a desempenhar um papel importante no cenário socioeconômico da região.

O café foi responsável por um importante ciclo econômico, político e social no Paraná, ocasionado por uma profunda alteração geográfica através dos deslocamentos dos agricultores por novas terras mais produtivas para o seu plantio. E foi graças a ele que ocorreu uma rápida transformação na geração de empregos no sistema econômico do norte do Paraná, pois, quando os cafeicultores abandonaram os escravos e aderiram ao trabalho assalariado, contribuíam para a movimentação de recursos dentro do Estado, ocasionando, com isto, seu aquecimento econômico, o que foi importante para a industrialização do norte Paranaense.

Como estrutura da presente monografia, tem-se, no Capítulo 2, a relação histórica da chegada do café no Paraná e do povoamento do norte do Estado; o Capítulo 3 trata do desenvolvimento econômico do Paraná com o ciclo cafeeiro da década de 60; na seqüência, Capítulo 4, a Conclusão.

---

<sup>1</sup>O café é um arbusto primo da gardênia e da quina. Para se desenvolver normalmente, precisa de um clima quente e úmido e um terreno que pode ser vulcânico. Sua altura pode chegar a 10 metros, mas geralmente é limitado a 2 ou 3 metros para se obter uma colheita mais fácil. (Anexo 1).

## 2 O CAFÉ NO PARANÁ

### 2.1 HISTÓRICO DA CHEGADA

A cultura do café chegou ao Paraná no início do século XX. Seu crescimento foi lento até 1945, em consequência das duas guerras mundiais e também da quebra da bolsa de Nova York, em 1929, quando, em função dos grandes estoques, a forte crise econômica mundial e os baixos preços do produto, milhões de sacas tiveram que ser queimadas.

Foi na década de 50 e início de 60 que a cafeicultura teve sua fase de maior expansão no Estado, quando a área chegou a quintuplicar, passando dos quase 300 mil hectares, em 1951, para 1,6 milhão de hectares em 1962. Devido à redução dos estoques mundiais, os preços internacionais, naquele período, foram muito favoráveis, incentivando o aumento do plantio de café no Estado.

Na safra 1961/62, o Paraná atingiu o seu apogeu, quando colheu cerca de 21,3 milhões de sacas de 60 kg, 28% da safra mundial, a qual situou-se em 76 milhões de sacas de 60 kg.

Esta expansão da cultura, além do estímulo por preços compensadores, quando a saca chegou a ser cotada a US\$ 600/60 kg na Bolsa de Nova York, em 1954, foi favorecida pela alta fertilidade das terras paranaenses, apesar das geadas ocasionais.

Por um longo período, o café foi o principal gerador de riquezas para o Estado, propiciando a fixação do trabalhador no meio rural, além de contribuir para coroar com êxito o modelo de colonização, tornando as pequenas e médias propriedades economicamente viáveis, numa época de poucas alternativas agrícolas.

No período de 1959 a 1962, o excesso de oferta, com três grandes safras no Paraná e no Brasil, contribuiu para que os estoques se elevassem e os preços caíssem. O excesso de produção, no Brasil e no mundo, fez com que o governo interviesse, por meio de programas de erradicações, para reduzir a produção nacional, para manutenção dos preços no mercado internacional.

A partir de 1975, com a ocorrência da geada que dizimou os cafezais do Estado, a agricultura paranaense entrou numa nova fase, com a substituição da cultura do café pelas culturas de soja e trigo.

Uma nova cafeicultura passou a ser preconizada, com o uso intensivo de insumos, erradicação dos cafezais improdutivos e variedades mais produtivas, o objetivo era aumentar a produtividade. RAGGIO (1985) PADIS (1981)

## 2.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

A ocupação do território paranaense se dá após a emancipação do Paraná da comarca de São Paulo. Com isso, a ocupação ocorre por meio de loteamentos. Para administrar estes lotes, foi lançada então a CTNP com capitais oriundos de fundos ingleses, os quais foram aplicados na região norte do Paraná, que provocaram um novo surto de progresso na região; por outro lado, a expansão da cafeicultura paulista foi um fator determinante para consolidar este como o maior empreendimento imobiliário que se tinha até então.

Os cafezais se expandiram por toda a região norte do Paraná, garantindo o primeiro lugar entre os estados produtores. Neste período, no Paraná, ocorreu uma forte corrente migratória determinando o maior índice demográfico registrado na história.

A colonização inicial do norte do Paraná foi espontânea. Seguindo o percurso da ferrovia São Paulo - Paraná, ela veio alcançar o rio Tibagi em 1932. Cambará (1904-1908) assinalou o início da conquista da nova região e a maior parte da terra desse ponto até o rio Tibagi era dividida em grandes propriedades particulares. A colonização da maior parte dessa área foi feita por particulares, na medida em que os grandes proprietários dividiam suas propriedades em pequenos lotes que eles vendiam como datas urbanas ou estabelecimentos rurais.

A primeira providência, após a definição do destino das terras, foi promover um levantamento topográfico, que iniciou pelas terras mais próximas, ou seja, após o rio Tibagi. Também foram estas as primeiras a serem demarcadas e vendidas, estendendo-se gradualmente para oeste. O Norte Novo teve sua ocupação efetivada no período que vai desde a criação da Companhia até a época da Segunda Guerra

Mundial. Após o término desta, ocorreu a ocupação do Norte Novíssimo, já pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, que substituiu a CTNP.

Em 1930, iniciou-se a venda dos lotes na região de Londrina. No tocante ao desenvolvimento rural, a Companhia primeiramente esclareceu os títulos de propriedade de terras – tarefa formidável nas condições brasileiras –, o que teve como resultado casos surpreendentemente pouco numerosos de conflitos entre colonos com antigas prestações e os novos recém-chegados. Além disso, usou-se propaganda em larga escala para colonos, e, para que os interessados pudessem chegar até as terras, montou-se uma estrutura de apoio, com a colocação de transporte gratuito, feito através de uma jardineira.

Estes interessados chegavam via ferrovia, primeiro até Cambará e, posteriormente, até Comélio Procópio ou Jataizinho, até onde chegavam os trilhos da estrada. Os compradores em potencial eram levados até algumas árvores, principalmente a figueira branca, que era indicativo da grande fertilidade do solo. Existia também a promessa de plena posse das terras dentro de um prazo de quatro anos. Também foi oferecido uma assistência técnica e financeira aos primeiros compradores. RAGGIO (1985). Segundo relato de Hermann Moraes de BARROS (1960) presidente da CMNP e filho do primeiro presidente da Companhia, os interessados visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os 10% exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de 70 dias deveriam completar a entrada com mais 20% do total e assinar o respectivo contrato de compromisso.

O restante era pago em 4 anos nas seguintes condições: 10% ao final do primeiro ano, quantia esta módica, por ser o ano da abertura da propriedade, e 20% no final de cada um dos 3 anos seguintes. Os juros não ultrapassavam 8% ao ano. Quando da efetivação da compra, o novo proprietário dispunha de uma verba para a mudança, por conta da CTNP.

A Companhia preocupou-se em elaborar um levantamento de toda a área rural e, onde possível, foram elaborados mapas de solos. Ao dividir a terra em lotes relativamente pequenos, a Companhia de Terras afirmou, explicitamente, que sua política visava favorecer e dar apoio aos pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos. E, com esta subdivisão de terra, conseguiu a Companhia promover uma verdadeira reforma

agrária, sem intervenção do Estado e a consequência social mais importante se traduziu na oportunidade oferecida aos trabalhadores sem posse de adquirirem os pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidades de pagamento eram sempre amoldados de acordo com a posse dos compradores. Este sistema de colonização estimulou fortemente a concentração da produção – sobretudo cafeeira –, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento, no norte do Paraná, de classes médias rurais. RAGGIO (1985)

O primeiro posto avançado da colonização, criado em 1925, recebeu o nome de Londrina – filha de Londres –, homenagem do Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. Mais tarde, a 03 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 2519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, foi criado o município de Londrina. A instalação solene deu-se poucos dias depois, em 10 de dezembro. O novo município estendia-se desde a divisa do município de Sertanópolis até o rio Paraná, limitado ao norte pelo rio Paranapanema, abrangendo uma superfície de 923.117 alqueires<sup>2</sup>, conforme demonstra o mapa regional (situação de 1938). Como o objetivo primário da Companhia era o de colonização e aproveitamento da área rural, a estruturação dos núcleos urbanos veio em segundo plano, tendo estes a função específica de apoiar as áreas rurais, segundo depoimento do Dr. Alexandre RASGULAEFF (1965) citado por engenheiro agrimensor geodesta, contratado pela Paraná Plantations como responsável pela formação de todas as cidades de Londrina a Maringá.

Ao redor da cidade, a Companhia traçou uma faixa de terras para serem cortadas em lotes de um, dois e três alqueires, com idéias de serem abertas clareiras para hortas, granjas e pequenas culturas para abastecer a cidade futura com verduras, frutas, leite, etc. Com a passagem do tempo, o crescimento da cidade exigiu espaço e, pouco a pouco, a maioria destas chácaras foram loteadas e nelas surgiram subúrbios por todo o lado. Ainda com a idéia de criar maior desenvolvimento possível para o comércio, as terras de até 5 km foram cortadas em sítios, do limite mais ou menos de 5 alqueires somente, e nos outros 20 km a Companhia não vendeu lotes maiores de 20 alqueires.

---

<sup>2</sup> Alqueire: medida agrária equivalente a 24.200 m<sup>2</sup>

Na zona rural, os lotes de dimensões variadas, onde foram projetadas as estradas vicinais, até a baixada, que serviam todas de água. A rede de estradas vicinais<sup>3</sup>, formou uma malha que totalizou 5.000 km, com o intuito de escoar mais eficientemente a produção. Nas décadas de 1930 à 1950, a ocupação de Londrina foi extremamente rápida na área hoje conhecida como Centro Velho, bem como nos corredores de acesso e saída caracterizados como vias principais, tendo como entrada a Avenida Celso Garcia Cid, anteriormente à Avenida Paraná, prolongamento da Estrada dos Pioneiros; Avenida Duque de Caxias, que em suas extremidades servia seus distritos; ao norte Heimtal e Warta, e ao sul, Tamarana, Paiquerê, Selva e Irerê; pelo corredor da Avenida Higienópolis, passava pelo Parque Guanabara, atendia os distritos de São Luiz, Guaravera, Taquaruna e pela Rua Quintino Bocaiúva dava acesso a cidade de Cambé e Rolândia. Nesses corredores formaram-se em suas margens o desenvolvimento de atividades comerciais, para abastecimento da grande população rural, que na época era superior a população urbana.

Na década de 1950, Londrina começava a se destacar como uma das cidades mais importantes do interior do Brasil, pois assumia papel de centro de comercialização de produtos agrícolas e definindo-se no comando da região norte do Paraná. Nesta fase, surgiram as primeiras indústrias alimentícias, tais como: Moinho de Trigo Londrina, Massas Alimentícias Galo, Cia. Cacique de Café Solúvel, Anderson Clayton e grandes Cooperativas como Cotia, etc. Nesta fase de riqueza, surgiram os primeiros loteamentos de alto padrão, tais como o Jardim Shangrilá, Londrilar e, posteriormente, Jardim Canadá. Na década de 1960, continuam as ocupações nos prolongamentos dessas vias consideradas principais, com a execução de loteamentos populares, tendo ao sul, Jardins Igapó, Ouro Branco, Piza, Parque das Indústrias, Jardins Cláudia, Arco Íris e Santa Rosa; ao norte Jardins Ideal, Paulista, Fortaleza, Paraíso e Parque Ouro Verde; a oeste Jardins Bandeirantes, Sabará, Leonor, Tóquio. Nesta década, a população urbana atinge 57% da população do município, já contando com importantes equipamentos nos setores educacionais, saúde e saneamento básico. Nesta década é que se deu o início da implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, tendo, ao

---

<sup>3</sup> Estrada que liga localidades próximas.

sul, o Conjunto Três Marcos, a leste Conjunto Vitória Régia, Conjunto do Café e Conjunto Pindorama; a oeste Conjunto Marumbi.

Na década de 1970, Londrina se consolidou, em nível Brasil, como importante cidade de porte médio, com grande concentração populacional, em parte pela demanda de população rural, tendo em vista o desestímulo na área agrícola, que se acentuou com a erradicação dos cafeeiros no norte do Paraná. Nesta época, foi fundada a Universidade Estadual de Londrina, cujas bases foram as primeiras faculdades de Filosofia e de Direito, instaladas no fim da década de 50, que deram um grande impulso à cidade. Hoje, a população universitária de Londrina é de aproximadamente 15.000 estudantes, distribuídos em 5 instituições de Ensino Superior.

A partir desta década, Londrina marca a sua posição como uma cidade contemporânea, onde as atividades econômicas, socioculturais se firmam com instituições de pesquisa de porte nacional como IAPAR, responsável pela geração tecnológica no campo da agricultura e pecuária e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, através do Centro Nacional de Pesquisa de Soja, responsável pela pesquisa vinculada à soja e girassol, em nível nacional. Todo este progresso trouxe uma série de problemas ligados à ocupação do espaço urbano, gerando uma cidade complexa, onde os vários atributos da natureza foram sendo degradados, criando injustiça e necessidades sociais básicas.

Por outro lado, a administração pública nem sempre conseguiu acompanhar o acelerado crescimento físico-espacial como também as demandas inerentes ao progresso. Nesta década, houve a execução dos Conjuntos Habitacionais das Flores, Jerumenha, Lauro da Veiga Pessoa e Orion. Mas, foi no final desta década e início da década de 1980, que ocorreu a grande explosão dos conjuntos habitacionais, principalmente na região norte, com a implantação dos Conjuntos Habitacionais Ruy Virmond Carnacialli, Milton Gavetti, Parigot de Souza, Vivi Xavier, Aquiles Sthenguel, Luiz de Sá, João Paz; a leste Conjuntos Habitacionais Ernani Moura Lima, Mr. Thomas e Lindóia; e ao sul Conjunto Anibal Siqueira Cabral (Cafezal). A década de 1990 tem sido marcada como uma fase onde tem havido uma grande incidência de loteamentos particulares, atividade esta aquecida com a estabilidade da inflação devido à entrada do Plano Real, no qual a população de baixa renda partiu para a construção de sua casa própria, beneficiada com o

programa Casa Fácil, no qual são fornecidos projetos e orientações técnicas, para residências unifamiliares de até 70,00 m<sup>2</sup>.

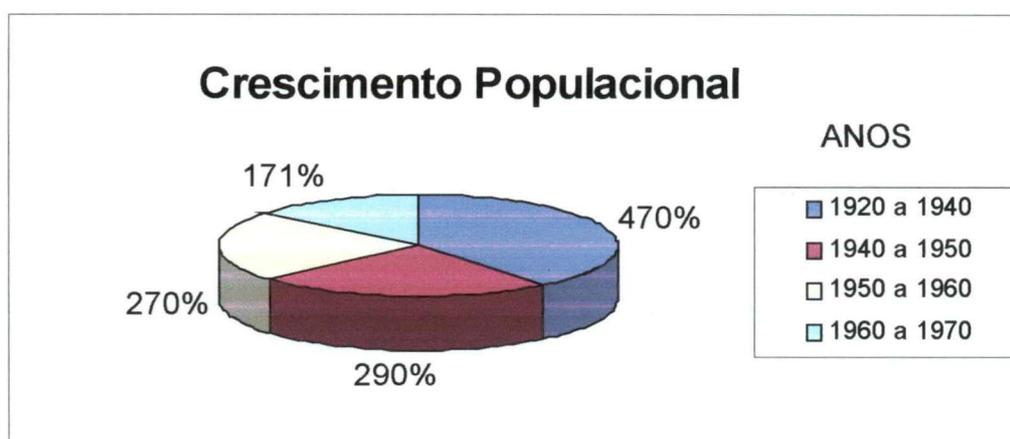
Hoje, Londrina registra cerca de 412.000 habitantes, com apenas 4% na área rural. Com uma extensão geográfica de 1.715,897 km<sup>2</sup>. CANCIAN (1981) BALHANA (1969)

TABELA 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ

ANO	CRESCIMENTO POPULACIONAL EM %
1920 a 1940	470
1940 a 1950	290
1950 a 1960	270
1960 a 1970	171

FONTE: IBGE (2005).

GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO POPULACIONAL NO PARANÁ

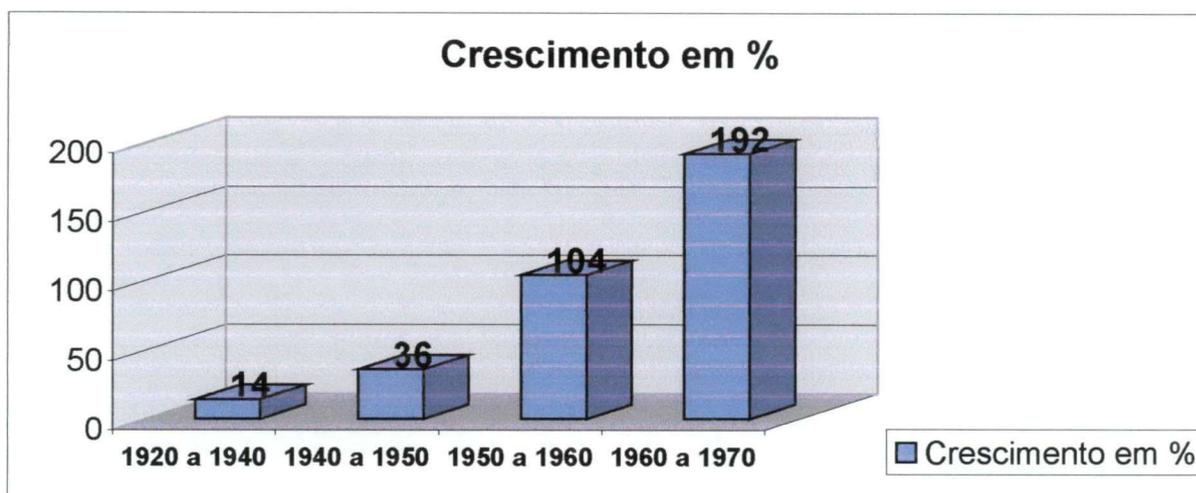


FONTE: IBGE (2005)

A população do norte do Paraná era composta pelas áreas cafeeiras e abrangia o norte pioneiro, norte novo e norte novíssimo.

A população do norte de todas as áreas era de aproximadamente de 72.627 mil habitantes. Após o surto do desenvolvimento que ocorreu na década de 60, o norte do Paraná passou para 4.428.000 mil habitantes. Em relação aos municípios, em 1920, haviam aproximadamente 6 municípios no interior do Paraná.

GRÁFICO 2 – CRESCIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO INTERIOR DO PARANÁ



FONTE: IBGE (2005).

### 2.3 TAMANHO DAS PROPRIEDADES

As dimensões das propriedades condicionavam, evidentemente, o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas às áreas a serem cultivadas, exigiam um volume de capital relativamente modesto, e, em muitos casos, a força de trabalho da família era suficiente para atender as necessidades de cultivo. Desta forma, foi bastante fácil e rápido o desenvolvimento da economia agrícola na região. A densa mata fornecia madeira em quantidade superior às necessidades de construção da casa e dos estábulos, a fertilidade do solo compensava mais que satisfatoriamente o trabalho despendido.

Quando se dá o início ao processo colonizador planejado, direcionando e coordenando em 1925, nota-se que nas microrregiões assim ocupadas predominam as pequenas e médias propriedades, isto porque a principal responsável pela colonização de grande parte da região norte do Paraná, a CTNP, primeira detentora de áreas loteadas, vende-a em lotes de 5, 10, 15 ou 20 alqueires.

Com o passar do tempo, mais precisamente durante a década de 50 à 70, observa-se que há uma mudança no perfil geográfico da região, ou seja, cresce o número de propriedades de até 10 alqueires, fazendo com que predomine na região as pequenas propriedades. Atualmente, a produção de café está concentrada,

basicamente, na pequena propriedade onde o tamanho médio das áreas cultivadas com a cafeicultura varia de 8 a 13 hectares. Levando em conta que as propriedades de até 25 alqueires representam cerca de 63% da área destinada à cafeicultura na região norte do Paraná.

E com até 50 alqueires teremos, então, cerca de 80 % da área, enquanto que as propriedades acima de 50 alqueires representam cerca de 20% do total destinado à cafeicultura no Estado do Paraná. RAGGIO (1985)

## 2.4 CARACTERÍSTICAS DAS MICRORREGIÕES

As microrregiões no norte do Estado se formaram, na década de 40, através da disseminação dos lotes vendidos pela Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná (CTMNP) demonstrando, desde o início, que o processo de ocupação das terras não foi de expansão demográfica ou de uma economia que se pudesse denominar de natural. A ação dessa companhia cedeu lotes, no sentido de imprimir uma colonização baseada em produtores, que não podiam ser confundidos com camponeses, embora a área média de suas propriedades fosse relativamente pequena. Portanto, esses produtores pretendiam produzir mercadorias racionalmente, isto é, medindo seus custos e rendimentos para poderem quitar as terras e outras despesas e continuar a se expandirem. Eles dominaram e impulsionaram a expansão agrícola na região, apoiados numa massa significativa de trabalhadores, principalmente parceiros, colonos e pequenos arrendatários. Segundo RAGGIO (1985, p. 40), “Em meados de 1950, a Companhia Melhoramentos Paraná encerrava a venda dos lotes urbanos e rurais Norte Novo do Paraná, num total de 545 mil alqueires. O projeto de ocupação dessa região teve sua origem no Município de Londrina e, posteriormente, desdobrou-se nas microrregiões de Maringá e Apucarana”.

Nessa época, as microrregiões já guardavam uma importância significativa na produção de café. Foram colhidas, em 1950, 173 mil toneladas para um total de 303 mil toneladas do Paraná, ou seja, 57%.

A produção continuou se expandindo até fins da década de 50, quando os preços do café entraram em franca ascensão, crescendo 5,3 vezes no período (303 mil toneladas para 1,635 toneladas).

O crescimento da produção, nessa região, acompanhou o ritmo da produção no estado, pois, em 1960, respondia por quase 50% do total. Essa queda, em relação ao 1950, reflete apenas a expansão acelerada dessa cultura numa nova região do Paraná - o Norte Novíssimo.

Impulsionado por um dinamismo sem controles, o plantio de café invadiu áreas impróprias ou inadequadas, inclusive sujeitas a geadas. Quando a massa de cafezais plantados no início da década de 50, sob estímulo dos preços altos, iniciavam sua produção, ocorreram fortes geadas, nos anos de 1953 e 55. A recuperação se fez nos 3 anos seguintes, explodindo a produção paranaense ao nível de 20 milhões de sacas em 1960. Em três anos, o Paraná passa de 2 para 20 milhões de sacas e o Brasil de 12 para 43 milhões.

Essas informações ilustram o caráter mercantil da produção instalada na região.

Os produtores se voltaram para a produção cafeeira e rapidamente se integraram na economia brasileira, respondendo aos estímulos dos preços. Evidentemente, esses produtores não se confundiam com categoria historicamente dominante da cafeicultura paulista.

Para efeito de análise da estrutura da cafeicultura paranaense, dividiu-se a região produtora de café em três zonas distintas, a saber:

- a) Zona Velha: compreendendo os municípios do Norte do Estado, onde se encontram as lavouras mais antigas e de índice de produtividades mais baixos;
  - b) Zona Nova: reunindo os municípios da região central do Estado onde se instalaram, em fase subsequente, novas lavouras de café e onde se encontram cafezais bem mais novos e mais produtivos que os da Zona Velha;
  - c) Zona Novíssima: abrangendo a região a Oeste do Estado onde se encontram novas e amplas lavouras, com característica de uma autêntica frente pioneira.
- RAGGIO (1985).

## 2.5 TRABALHADORES DO CAFÉ

### 2.5.1 Colono

Em 1850, no mesmo ano em que era abolido o tráfico negreiro, foi estabelecida a Lei de Terras, que regulava a forma de aquisição fundiária. Durante o período colonial, essa aquisição se fazia mediante a concessão de sesmarias, que foi suspensa com a independência. A nova lei estipulava que a terra pública só poderia ser adquirida mediante a compra.

Com essa lei, os grandes proprietários procuraram dificultar o acesso à terra para as pessoas de poucos recursos. O objetivo dessa lei, portanto, era clara: se a terra fosse facilmente adquirida por qualquer pessoa, mesmo as de poucos recursos, os fazendeiros ficariam sem mão-de-obra, pois, em seus cálculos, com a extinção do tráfico, o fim da escravidão era uma questão de tempo. Com a Lei de Terras, os fazendeiros garantiriam os seus privilégios de proprietários.

Os imigrantes, geralmente pobres, chegaram ao Brasil na vigência dessa lei e foram trabalhar nos cafezais. O regime de trabalho era o colonato.

Segundo esse regime, cada família de imigrantes - agora colonos - recebia um pagamento proporcional aos pés de café entregues para serem cuidados por ela. Com a colheita, os colonos recebiam uma espécie de gratificação de acordo com a quantidade de café colhida.

O aspecto mais importante do regime de colonato era a permissão dada aos colonos de cultivarem produtos de subsistência nos intervalos dos cafezais, dos quais tinham o direito de dispor livremente, inclusive para vender o excedente. Essa prática, contudo, só era permitida nos cafezais novos, de terras férteis. Nos velhos, era geralmente proibida ou era destinado um lote separado para a cultura de subsistência, o que não atraía o colono, já que isso duplicava o seu trabalho ao ter que ir de um local para outro.

Portanto, o regime de colonato caracterizava-se pelo pagamento fixo no trato do cafezal, um pagamento variável, conforme a colheita e a produção direta de alimentos. Por essa razão, não se deve confundir o colonato com o trabalho assalariado, tipicamente capitalista.

## 2.5.2 Parceiros

Os parceiros são trabalhadores do campo que não possuem um capital suficientemente para realizar um processo produtivo.

Como nos contratos firmados com os colonos, a quantidade de pés de café confiada ao parceiro está relacionada com o número de braços que possuía sua família. O parceiro recebe uma proporção da colheita que varia de 30 a 50%, segundo a produtividade da propriedade.

A percentagem recebida pelo parceiro divide-se em duas categorias:

- a) quando o parceiro recebe até 40% da produção, este é conhecido como porcentageiro;
- b) quando o parceiro recebe 50% da produção, ele recebe o nome de meeiro. O pagamento pode ser em espécie ou em pés de café. Na parceria, o trabalhador entra com a força de trabalho incluindo a sua família, cabendo ao proprietário dispor a terra e o capital.

## 2.5.4 Arrendamento<sup>4</sup>

O trabalhador paga ao proprietário da terra uma determinada quantia, uma espécie de aluguel, sendo esta previamente estabelecida variando de propriedade para propriedade e de vigência anual. Este trabalhador pode arrendar um cafezal já formado ou não, arcando com os riscos da produção.

---

<sup>4</sup> Contrato pelo qual alguém cede a outro por preço e prazo nele estipulados.

### 3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ COM O CAFÉ NA DÉCADA DE 60

#### 3.1 OS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ

O Paraná possui uma grande diversificação econômica nos diferentes ciclos que o Estado teve, entre eles os mais importantes são: Tropeirismo, Café, Erva Mate.

##### 3.1.1 O Tropeirismo

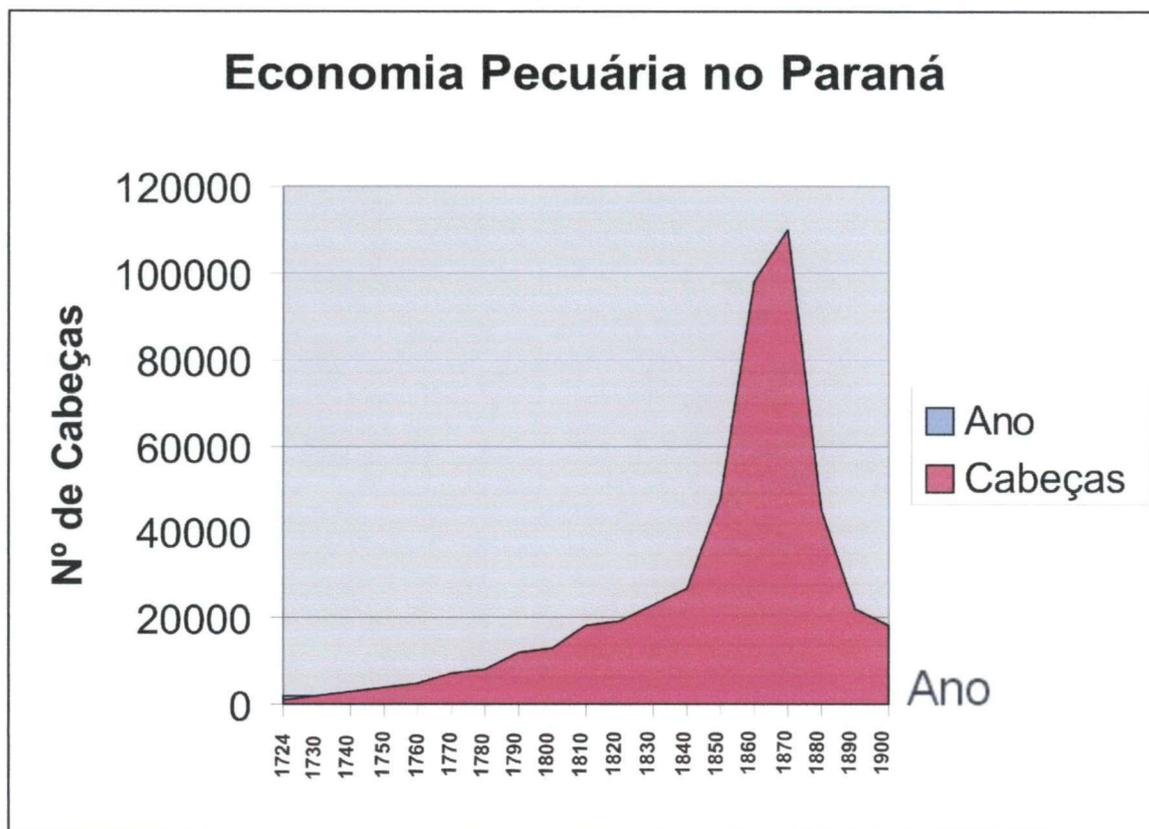
A economia Paranaense, nesse ciclo, foi caracterizada pelas tropas muares.

Ligada a São Paulo e ao Viamão por caminho apenas esboçado, o planalto de Curitiba chegou a ser notável pelo comércio de gado que estabeleceu, o qual foi responsável pelo surgimento das povoações dos Campos Gerais, originadas nos pousos e nos currais de descanso, nos quais as tropas se refaziam. MARTINS (1969)

O Período desse ciclo foi de 1720 até 1900. O auge desse ciclo ocorreu por volta de 1880 com cerca de 100 mil cabeça de gado.

A mais significativa ocupação dessa região, que se caracterizava por ser passagem entre o sul e o Brasil Central, ocorreu com a disseminação de grandes fazendas de criação e engorda de bovinos. (CARNEIRO, 1968 p. 41).

GRÁFICO 3 – ECONOMIA PECUÁRIA NO PARANÁ



FONTE: CARNEIRO (1969).

### 3.1.2 Erva Mate

Na parte mais oeste do Estado vinha sendo desenvolvida a atividade extrativista da erva-mate. É importante ressaltar que essas atividades não ocuparam nem 1/5 da área total do Estado.

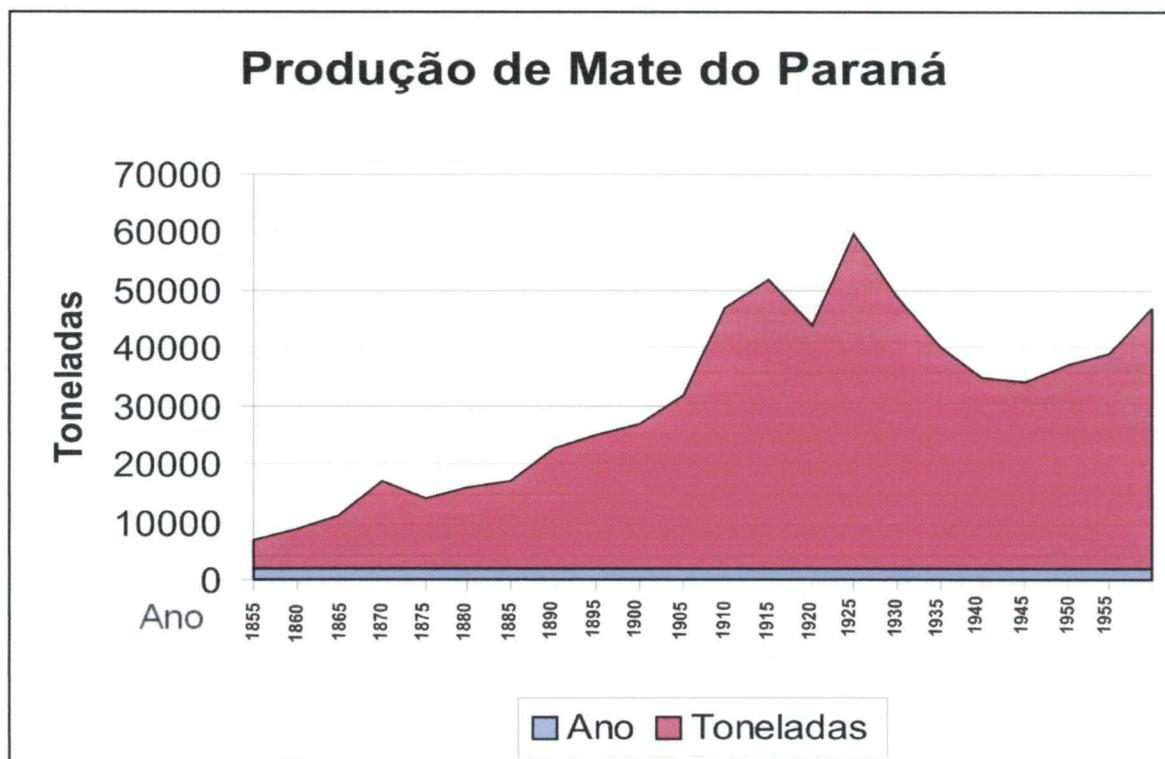
Este ciclo econômico foi um dos principais no período entre 1880 a 1930. A erva mate trouxe muitas divisas para o Estado, já que a sua cultura era de predominância nas matas paranaenses, e contribuiu de maneira relevante para a economia do Paraná. (CARNEIRO, 1968, p.83).

A influência social do mate não oferece somente incentivo à construção do nosso progresso material, também apresenta-se como benfeitora das coletividades rurais, que, com o hábito dessa bebida, salvam-se dos excessos do álcool,

dissolvente físico e moral que devasta e degrada as pessoas pelo seu uso excessivo. MARTINS (1969)

O período desse ciclo foi de 1855 a 1960, com o auge da produção da erva mate no ano de 1925, no qual o Paraná produziu cerca de 80 mil toneladas.

GRÁFICO 04 – PRODUÇÃO DE MATE DO PARANÁ



FONTE: CARNEIRO (1969).

### 3.1.3 Café

O café no Paraná teve seu início em meados do século XIX, no litoral paranaense, porém sem muita expressão econômica.

Em 1852, o café foi plantado e colhido na colônia militar de Jataí, onde existiam assentamentos indígenas. Os cafezais eram produzidos em uma reduzida escala. O café era par o consumo interno e o pouco que sobrava era comercializado. A partir da década de 1860, com a entrada da frente pioneira, constituída por

fazendeiros, grandes proprietários isolados, que empreendiam a empresa de suas famílias, iniciaram a entrada no Paraná pelo curso médio do rio Itararé em maior escala. O cultivo do café surge, então, nessa primeira frente pioneira; com isso, também surgem os núcleos de povoamento: Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867).

O café produzido no território paranaense - O Café Qualidade Paraná - é seguramente um dos bons cafés do Brasil. É um café de alta latitude (24° 34' S) obtido na região cafeeira do Estado, nas famosas terras roxas e nos solos do arenito caiuíá. Região esta que na década de 60 ostentava o maior maciço cafeeiro contínuo que o mundo já conheceu, com mais de 1,8 milhão de hectares. É uma região de transição climática que proporciona as variabilidades de clima e solo. Nela se produz o Café Qualidade Paraná para atender as mais variadas tendências de consumo e que é resultado do novo modelo tecnológico, que está mudando radicalmente a forma de produzir café no Estado.

O Café Qualidade Paraná é hoje produzido neste novo modelo tecnológico, com base no sistema do café adensado (Anexo 2), obtido através de resultados de mais de 20 anos de pesquisas. Este sistema utiliza as variedades de porte baixo e resistente a doenças e, por isso, requer um menor uso de agroquímicos. O sistema adensado proporciona alta reciclagem de nutrientes através de incorporação da matéria orgânica oriunda dos resíduos das folhas. Nesse sistema, a colheita é seletiva, com maior porcentagem de grãos maduros e com alto grau de higienização. Durante as operações de colheita, é feita a derricha dos frutos sobre recipientes apropriados (colheita no pano) que evita o contato com o solo. Os frutos do café são secos ao sol e/ou em secadores com mucilagem, cujo açúcar determina o gosto de café natural. A bebida é, predominantemente, do padrão duro a mole e os cafés apresentam bom visual de granação. No cereja descascado, mantêm-se o corpo e acentua-se o sabor, para satisfação do consumidor.

A garantia de continuidade e ampliação da oferta do Café Qualidade Paraná é dada pelo suporte técnico-científico do Iapar, da ação da extensão rural Emater e da participação efetiva das cooperativas agropecuárias, associações de produtores, Câmara Setorial, comércio e indústrias e demais integrantes da cadeia produtiva. O

Plano Café é coordenado pelo governo do Estado do Paraná, como um programa permanente de revitalização e qualificação da nova cafeicultura paranaense.

É uma cafeicultura totalmente diferente daquela cultivada nos anos 60, quando o Paraná produziu 21,4 milhões de sacas, 54% da produção brasileira.

Atualmente, o café paranaense é cultivado em 19 mil estabelecimentos rurais, distribuídos em 210 municípios, ocupando uma área de 156 mil hectares e a produção é de 2,3 milhões de sacas, crescente, desde 1994, em função da renovação das lavouras. Mais de 90% das propriedades rurais são de pequenos produtores de café, em produção familiar. Eles estão organizados em cooperativas e em associações.

O Paraná exporta mais de 40% do café solúvel brasileiro, através das duas maiores indústrias de café solúvel e possui 122 indústrias de torrefação e moagem para atender o consumo interno.

O Estado do Paraná está localizado na região Sul do Brasil ( $47^{\circ} 46'W - 54^{\circ} 49' W$  e  $22^{\circ} 17' S - 26^{\circ} 51'S$ ). O café é cultivado apenas na região Norte do Estado ( $49^{\circ} 33'W - 54^{\circ} 21'W$  e latitudes de  $22^{\circ} 29'S - 24^{\circ} 34'S$ ). É uma região de transição climática na qual o café é cultivado em faixas de temperaturas médias anuais que vão desde  $19^{\circ} C$  até  $24^{\circ} C$ , precipitação pluviométrica média anual de 1200 milímetros a 1600 milímetros. É, portanto, uma das regiões cafeeiras de mais alta latitude, onde o fator altitude perde a importância que usualmente tem nas regiões equatoriais. O café aqui é cultivado em altitudes de 300 - 600 metros nos solos de arenito Caiuá e de 400-900 metros nas terras roxas, principal região produtora do Estado. ABIC, REVISTA (38)

### 3.2 CICLO DO CAFÉ NO PARANÁ NOS ANOS 60

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o quadro da cafeicultura começa a se modificar no Brasil. As condições favoráveis do pós-guerra à cafeicultura paranaense determinaram um crescimento vertiginoso no número de pés de café plantados no Estado do Paraná. Dos 160 milhões de pés de café plantados no Estado, 99,83% se encontravam na região norte do Estado, e representavam cerca de 14,2% do total nacional. No quinquênio seguinte, esse número atingia

praticamente 28,6% do total nacional, enquanto São Paulo respondia por 42% desse montante. Isto, apesar das fortes geadas que atingiram o Paraná em 1953/54, dizimando alguns milhões de pés de café.

A baixa produção do café brasileiro, soma-se ao fato dos próprios agricultores estocarem seus cafés, forçando um aumento nos preços internacionais.

Em 1946, os Estados Unidos levantam o controle de preço do café. Os operadores americanos, então, se retraíram, a fim de determinar uma queda nos preços. A posição da Colômbia, de manter seus preços altos, estocando seus produtos, favoreceu a exportação do café brasileiro, que se expandiu até 1949. A eclosão da guerra da Coreia, em 1950, contribui ainda mais para a elevação dos preços. Em 1951, o governo brasileiro institui um preço mínimo, abaixo do qual não será permitida a exportação do produto. Caso os importadores reclamassem, o governo compraria os excedentes, passando novamente a estocar café.

A participação do Paraná no total nacional cresceu novamente, até atingir 62,8%, enquanto São Paulo caía de 48% para 17,4%. Em 1961, mesmo tendo São Paulo sofrido com as secas e o Paraná, em 1962 e 1963 com as geadas, este último, nesta época, consolida-se como o maior produtor nacional de café. Porém, mesmo neste patamar de liderança, o Paraná nunca teve uma participação amplamente dominante, como São Paulo, que chegou à ter cerca de 75% da produção nacional, em 1933.

A política governamental de manutenção de estoques para a sustentação do preço do café no mercado internacional, coincidindo com a entrada dos países africanos nesse mercado, e a evidência de uma super capacidade produtiva, juntamente com a produção de cafés não comercializáveis, devido a sua baixa qualidade, faz com que o Brasil, em 1961, crie o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que, de 1962 a 1967, reduziu o parque cafeeiro nacional de 4,9 bilhões de pés de café para 2,7 bilhões, a fim de adequar, à longo prazo, a oferta à demanda de café, segundo acordo estabelecido com a Organização Internacional do Comércio (OIC). PADIS (1981)

A seguir, Tabela 2, são relacionadas as cidades que foram criadas durante o período cafeeiro.

TABELA 2 - CIDADES QUE FORAM CRIADAS NO PERÍODO CAFEIEIRO

Nº	CIDADE	ÁREA (HA)	POP. (1960)
1	Abatiã	269	17384
2	Alto Paraná	575	30566
3	Alvorada do Sul	391	12803
4	Andirá	229	14930
5	Apucarana	907	66091
6	Arapongas	355	38067
7	Assai	429	31884
8	Astorga	437	25455
9	Bandeirantes	424	30220
10	Bela Vista do Paraíso	314	17372
11	Barrazópolis	389	17945
12	Cafeara	184	7754
13	Califórnia	122	9004
14	Cambará	374	22781
15	Cambé	541	29151
16	Carlópolis	445	12472
17	Centenário do Sul	368	23485
18	Cianorte	1509	49731
19	Colorado	427	21702
20	Congoinhas	584	17806
21	Cornélio Procópio	671	45341
22	Curiúva	1044	16075
23	Faxinaí	997	22830
24	Floraí	235	13566
25	Florestópolis	407	16274
26	Ibaiti	918	20753
27	Ibiporã	266	25956
28	Iguaraçu	339	15631
29	Itaguajé	308	17735
30	Itambaracá	216	11079
31	Jaboti	335	6371
32	Jacarezinho	714	4512
33	Jaguapitã	433	21873
34	Jandaia	627	31448

Continuação ...

	<b>CIDADE</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>POP. (1960)</b>
35	Japira	216	6498
36	Jataizinho	300	18194
37	Joaquim Tavora	497	15021
38	Jandaia do Sul	311	8376
39	Jussara	223	8471
40	Leópolis	356	11113
41	Loanda	1026	20612
42	Lobato	237	10174
43	Londrina	2119	139821
44	Lupionópolis	120	8482
45	Mandaguaçu	535	4158
46	Mandaguari	343	24630
47	Manoel Ribas	3045	54994
48	Maringá	1012	104131
49	Munhoz de Melo	133	6931
50	Nova Esperança	688	43095
51	Nova Fátima	249	12802
52	Nova Londrina	816	1632
53	Paraíso do Norte	568	5418
54	Paranacity	763	3256
55	Paranavaí	2198	63189
56	Peabirú	307	19180
57	Pinhalão	237	9176
58	Porecatu	294	20776
59	Primeiro de Maio	404	25185
60	Quatiguá	115	5461
61	Querência do Norte	800	7517
62	Ribeirão Claro	607	15511
63	Ribeirão do Pinhal	391	16625
64	Rolândia	589	44461
65	Rondon	1426	3214
66	Salaudia	199	10145
67	Santa Amélia	84	6552
68	Santa Cruz do Monte Castelo	471	7199
69	Santa Fé	297	12797
70	Santa Isabel do Ivaí	636	12635

Continuação ...

Nº	CIDADE	ÁREA (HA)	POP. (1960)
71	Santa Mariana	410	10254
72	Santo Antônio da Platina	714	31460
73	Santo Antônio do Paraíso	255	21055
74	Santo Inácio	185	11420
75	São Carlos do Ivaí	1506	10108
76	São Jerônimo da Serra	435	31453
77	São João do Caiuá	325	18542
78	São João do Ivaí	374	9621
79	São José da Boa Vista	288	8541
80	São Pedro do Ivaí	365	11606
81	Sertaneja	465	17334
82	Sertanópolis	525	23498
83	Siqueira Campos	443	18424
84	Tamboara	195	7458
85	Tapejara	326	11831
86	Terra Boa	290	16697
87	Terra Rica	697	18619
88	Tomazina	565	14894
89	Uraí	337	24137
90	Venceslau Braz	991	21511
<b>TOTAL</b>		<b>70.882,00</b>	<b>1.812.823,00</b>
		26% do total do Estado	15 % do total do Estado

FONTE: PADIS (1981).

TABELA 3 – PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CAFÉ  
(1961-1979) NACIONAL (1961-1979)

ANO	PARANÁ	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	ESPIRITO SANTO
1961	1º	2º	3º	4º
1962	1º	2º	3º	4º
1963	2º	1º	3º	4º
1964	1º	2º	3º	4º
1965	1º	2º	3º	4º
1966	1º	2º	3º	4º
1967	1º	2º	3º	4º

1968	1º	2º	3º	4º
1969	1º	2º	3º	4º
1970	4º	1º	2º	3º
1971	1º	2º	3º	4º
1972	1º	2º	3º	4º
1973	2º	1º	3º	4º
1974	1º	2º	3º	4º
1975	1º	2º	3º	4º
1976	13º	2º	1º	3º
1977	3º	1º	2º	4º
1978	2º	1º	3º	4º
1979	4º	1º	2º	3º

FONTE:IBC, (1985)

O dinamismo da economia cafeeira paranaense na década de 60 se deve, em primeiro lugar, aos preços que o café possuía ocasionando uma alta taxa de lucros aos cafeicultores paranaenses dos pós-guerra. Criou-se uma conjuntura diferente e a fase de maior expansão na cafeicultura no Estado, isto porque o centro motor da locomotiva cafeeira migrou de São Paulo para o Paraná, com o decorrer dessa migração. Houve um grande acontecimento de caráter econômico na região que agora fazia parte do centro cafeeiro do brasileiro.

Cabe ressaltar que, em 1940, o café sofreu sua maior queda nos preços, que deixou o produto no seu ponto mais baixo, desde a crise de 1929. Na década de 40, uma saca de café com 60kg custava em média, no mercado internacional, cerca de U\$ 7,94 dólares, porém, passando o susto (de 1940), o café retomou seu período de crescimento e os preços voltaram a aumentar, haja vista que, em 1941, a saca era comercializada no mercado internacional pelo valor de U\$ 11.06 dólares. Esta tendência prosseguiu em ascensão nos mercados internacionais.

No Paraná, o grande salto de expansão abrangeu as áreas de produção que se situavam no interior do Estado, ou como era mais conhecido: norte do Paraná. Esta expansão teve início como um rolo compressor, porque estimulou várias áreas a serem cultivadas com o café, devido ao seu preço nos mercados internacionais. Com isso, um grande surto expansionista foi deflagrado, o que ocasionou uma plantação recorde nos pés de café chegando ao ponto de não existir nenhuma área disponível para o plantio do café.

Com este sentido expansionista, o café entrou na fase de maior evolução nos termos de pés de café, bem com na sua produção. Cada vez mais produtivas, as lavouras de café foram beneficiadas pelas terras do Paraná, as quais contribuíram também para outras lavouras e para as pastagens, face ao crescimento populacional e regional ao qual teve um aumento considerado.

Dada a grande diferença de clima existente no estado, pode-se assim determinar que as terras do terceiro planalto do Paraná poderiam ser utilizadas somente em terrenos ondulados, porque nas partes mais baixas do terceiro planalto ocorria com freqüência as geadas, tal fato originou as médias e pequenas propriedades. As geadas de 1953 impulsionaram cada vez mais o preço do café; com isso, ocorreu um fato proporcional que foi o aumento do número de pés de cafés nas regiões onde as geadas não ocorriam, também, graças a esse fenômeno, ocorreu um deslocamento dos produtores para troca do produto agrícola, café por outras culturas.

A itinerância da cafeicultura no Paraná teve dois sentidos. O primeiro chamado de deslocamento dinâmico da produção, que foi de São Paulo para o Paraná. O segundo ocorreu no interior do Paraná onde os pés de cafés mais antigos foram substituídos por outras culturas como, por exemplo, as óleogenosas e pastos.

No Paraná, a fase de super produção do café na década de 60 derivou em períodos cada vez mais curtos; em 1951, quando o norte superou o norte pioneiro; em 1962, quando o norte novíssimo ultrapassou o norte novo em números de pés de cafés. Porém, em 1965, com um programa de erradicação de cafés e o fomento da pecuária no norte novíssimo, passou a superar a produção do norte novo.

A expansão do café é acompanhada por uma dinâmica que compreende uma área em que o café estava penetrando e outra área em que o café estava em produção e um terceira em que o café estava decadente ou em declínio. Em suma, sempre existiam áreas novas nestes centros dinâmicos em que a cafeicultura encontrava-se em pleno apogeu.

### 3.3 A PRODUÇÃO PARANAENSE

A entrada emergente e rápida da produção paranaense na oferta de café é o fator mais preponderante e causador no desequilíbrio entre a oferta e a demanda em

termos de mercado internacional. Em 1960, o Paraná produziu um terço da produção mundial, metade da produção brasileira e quase o dobro da produção africana e o triplo da produção colombiana.

Com a oferta do produto, o café no Paraná foi conhecido como El Dorado, porém havia fatores para que a produção paranaense chegasse a esse resultado, a saber:

- a) fator mais preponderante para uma produção em alto nível, bem como o níveis de produtividade altos; esse fator era a fertilidade da terra;
- b) a política agrária que anulava títulos antigos da década de 20 e que fazia reverter ao Estado todas as terras disponíveis, as quais eram entregues a empresas colonizadoras, sob a tutela da venda financiada de pequenos lotes. Lotes que, obrigatoriamente, teriam que ter acesso rodoviário e toda infra-estrutura necessária para o agricultor iniciar a produção;
- c) o crescimento do mercado interno absorveu a produção que era indispensável para formação de recursos para o pagamento das terras que eram financiadas através da produção do café;
- d) com a incidência das geadas de 1953 e 1955, o que acabou ocasionando um atraso na produção e plantio do café, fez coincidir em um só ano que todas as lavouras de café colhessem seus frutos de uma vez só, acarretando o início de uma grande safra;
- e) os preços altos do café, no período de 1953 e 1955, incentivaram os produtores a plantar novamente o café; aqueles que já haviam diversificado a produção (mudado a cultura), o que ocasionou o abandono de outras culturas causando um desabastecimento;
- f) em um curto espaço de tempo, aproximadamente, 150 mil propriedades entraram na produção do café gerando milhares de empregos.

### 3.4 AS NOVAS CULTURAS (DIVERSIFICAÇÃO)

Esse desempenho o Paraná foi determinante para que o Instituto Brasileiro do Café (IBC) adquirisse o excedente dos produtores, o que reduziu consideravelmente o nível de renda do setor cafeeiro. O capital cafeeiro transferiu um montante de

recursos para subsidiar outros setores que tivessem margem de lucros maiores. Calcula-se que, com a criação do fundo de defesa do café pelo IBC, foi retida aproximadamente 50% da renda gerada pela exportação do produto. As dificuldades das áreas da cafeicultura mais antigas foram acentuadas com a superprodução na região de São Paulo, a renda gerada pela produção de café sofreu uma grande queda de 49%, o que ocasionou uma profunda consternação dos cafeicultores.

As safras de café tendiam a diminuir em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, enquanto acentuava-se a erradicação, parte dos recursos do fundo era destinado ao replantio racional dos cafezais.

A característica do plantio racional era de que os cafezais velhos não poderiam ser substituídos por novos e sim por outras culturas e pastagens. A diferença de custos era maior a cada dia e mais desfavorável ao café, a importação de adubos químicos era indispensáveis para o café, bem como para a recuperação das terras velhas; deixava de ser subsidiado em 1961, o que acarretava em preços internos em níveis proibitivos para o comércio.

A escassez de alimento levou o governo a estender os produtos de subsistência, garantias de aquisição e financiamento em níveis que tendiam a se diferenciar dos oferecidos ao café.

Para o Paraná, a situação era mais grave, pois as grandes safras oriundas estavam pouco equipadas, eram constituídas de cafés de qualidade inferior aos de São Paulo. A colocação do produto era mais difícil no mercado internacional; isso e a ocorrência de geadas vinha impedindo a capitalização mais intensa pelos agricultores, o crédito tornava-se escasso e o estímulo à produção de café menores.

As micro-regiões de Maringá e Londrina apresentavam maior resistência às novas culturas, as terras roxas mais férteis que iam desde Cambará até Maringá eram as melhores para o café. A diversificação nesta linha surgiu devida a alterações dos custos de produção do café.

A cafeicultura resistiu até 1970, tanto porque houve erradicação das outras culturas como duas geadas, em 1963 e 1969, auxiliaram no combate à superprodução, aumentando os preços.

Em menos de 10 anos a monocultura cafeeira foi substituída pela monocultura do gado, abrangendo as regiões de Nova Londrina, Terra Rica, Paranaíba, Querência do Norte, Amaporã, Mirador e Nova Aliança do Ivaí. No início

da década de 60, a diversificação era quase que total: café, lavouras temporárias e gado. De 15 possíveis combinações da forma de utilização da terra, o café predominava na faixa leste na micro-região como monocultura em Terra Boa.

A geada de 1955 produziu um grande abalo na cafeicultura mostrando a necessidade de diversificar a produção rural, quando a melhor opção era a criação de gado, dado que as terras ainda não desfocadas e a falta de infra-estrutura não comportavam a lavoura mecanizada. Iniciou-se, então, no norte Novo e Novíssimo o criatório de corte em pastagens artificiais, a partir de 1957.

A diversificação se fez na maior parte através de passagens artificiais, porém acompanhada de perto pela nova euforia que penetrava no Paraná (as oleogenosas).

O declínio da renda do café, o que correspondeu à baixa de preços do café no Paraná, influenciou na produção de pastagens. PADIS (1981).

### 3.5 ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

Durante a década de 60, a produção cafeeira do Paraná representava cerca de 40% da produção agrícola do Estado, 50% da produção nacional e 33,3% da produção mundial.

TABELA 4 - PRODUÇÃO CAFEEIRA

ESTADO	CAFEEIROS ERRADICADOS	ÁREA LIBERADA (HÁ)
São Paulo	299.364	366.897
Minas Gerais	363.703	353.134
Paraná	249.957	307.062
Espírito Santo	303.175	299.429
TOTAL	1.216.199	1.326.248

FONTE: IBC (1976).

Na década de 70, a cafeicultura sofreu seu mais duro revés, com a geada de 1975, que destruiu 100% da safra paranaense, atingindo também grande parte da produção mineira e paulista.

De todas as geadas ocorridas nas décadas de 60 e 70, a de 1975 foi a mais grave. Nem mesmo a geada de 1918 foi tão severa como a ocorrida neste ano. Os efeitos de uma geada são sentidos na safra subsequente, permitindo a recuperação no ano seguinte. Mas tamanha foi a intensidade da geada ocorrida em 1975 que ela atingiu as raízes dos cafezais, obrigando à recepa ou o replantio dos pés. Dos 915 milhões de pés de café existentes no Estado, pouco mais de 1 milhão de pés conseguiram se salvar e, mesmo assim, parcialmente 32. Na safra subsequente de 1976/77, subsequente ao ano da geada, a safra na região norte do Estado do Paraná foi considerada nula.

TABELA 5 - EFEITOS DAS GEADAS NO PARANÁ -1962 -1975 (EM SC. 60 KG)

DATA	COLHEITA DO ANO ANTERIOR À GEADA	COLHEITA DO ANO POSTERIOR À GEADA	QUEBRA (%)
07/07/62	42.585.917	20.942.000	51%
21/06/63	20.942.000	14.626.850	30%
06/08/67	25.170.667	16.733.333	34%
09/07/69	24.866.667	3.266.667	87%
10/07/72	18.666.667	7.950.000	57%
17/07/76	20.433.333	0	100%

FONTE: IBC (1977)

Frente a essa realidade, vários produtores de café assumiram novas posturas quanto a qual o destino dar às suas terras. Alguns voltaram a plantar café, enquanto outros destinaram suas terras a outras culturas ou à pastagem.

O norte se expandiu, após a década de 40, pelo plantio do café, pelas terras baratas e pelo financiamento que o governo e as empresas concessionárias, que lotearam o Estado em porções pequenas, por sinal esse era o intuito do governo,

sem contar com o mercado internacional e a liquidez de capitais que ajudaram a economia para uma grande entrada de dinheiro para o financiamento.

A produção cafeeira no Paraná teve êxito também graças aos mecanismos de infra-estrutura gerados pelas companhias que lotearam o norte do Paraná, obtendo com isso, um aumento da quantidade produzida. Por exemplo, o Paraná na década de 60 atingiu a marca de 62,8% da produção total de café do País, enquanto São Paulo apenas 38,2%, com isso o governo teve que tomar medidas para diminuir a produção nacional e começou a política de erradicação de café. Nesta época, o Paraná possuía cerca de 1 bilhão de pés de café.

TABELA 6 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ (1920/1968 MIL SACAS DE 60 KG)

ANO	BRASIL	SÃO PAULO	SP / BR %	PARANÁ	PR/BR %
1920/21	16.328	10.246	62,7	70	0,4
21/22	12.826	8.198	63,9	58	0,4
22/23	11.798	7.047	59,7	66	0,5
23/24	16.279	10.374	63,7	53	0,3
24/25	14.108	9.193	65,2	117	0,8
25/26	14.852	10.087	67,9	120	0,8
26/27	15.604	9.877	63,3	120	0,8
27/28	26.595	17.892	67,6	375	1,4
28/29	13.188	8.815	66,8	181	1,4
29/30	27.880	19.490	69,9	596	2,1
1930/31	16.085	10.097	62,8	347	2,1
31/32	27.693	18.693	67,5	604	2,2
32/33	16.100	11.689	72,6	360	2,4
33/34	29.276	21.850	74,6	600	2,0
34/35	16.950	11.200	66,1	260	1,5
35/36	20.414	13.497	68,1	613	3,0
36/37	25.455	17.524	68,8	547	2,1
37/38	21.825	15.687	71,9	1.066	4,9
38/39	23.221	15.613	67,2	579	2,5
39/40	19.138	12.365	64,6	1.108	5,8

Continuação ....

ANO	BRASIL	SÃO PAULO	SP / BR %	PARANÁ	PR/BR %
1940/41	16.456	10.217	62,1	932	5,7
41/42	15.797	9.275	68,7	836	5,3
42/43	13.616	8.528	62,6	550	4,0
43/44	12.160	5.936	48,8	160	1,3
44/45	9.137	4.722	31,7	579	6,3
45/46	12.701	6.101	48,0	674	5,3
46/47	14.019	8.874	63,3	1.138	8,1
47/48	13.572	6.523	48,1	1.530	11,4
48/49	16.952	11.173	65,9	1.873	11,1
49/50	16.303	7.391	45,3	2.318	,14,2
1950/51	16.754	8.118	48,4	4.026	24
51/52	15.021	6.261	41,7	2.843	18,9
52/53	16.100	7.185	44,6	5.048	31,3
53/54	15.148	6.162	40,1	3.198	21,1
54/55	14.512	7.333	50,5	1.337	9,2
55/56	22.064	9.268	42,0	6.306	28,6
56/57	12.535	6.019	48,0	2.176	17,4
57/58	21.628	9.538	44,1	4.731	21,9
58/59	26.807	10.697	39,9	8.590	32,
59/60	44.130	15.620	35,4	20.691	46,9
1960/61	29.848	8.242	27,6	14.320	48
61/62	35.860	11.558	32,2	17.942	50,
62/63	28.703	4.999	37,4	18.032	62,8
63/64	23.153	9.579	41,4	9.157	39,5
64/65	18.063	6.821	37,8	7.146	39,6
65/66	37.776	11.828	31,3	21.058	55,7
66/67	17.505	5.098	29,1	7.727	44,1
67/68	23.374	9.029	38,6	10.912	46,7

FONTE: IBC (1976).

Os preços do café, entre 1944 e 1953, multiplicaram-se em 6.7 % e os demais produtos agrícolas em 3,6%, enquanto os produtos industriais sofreram um aumento de 90%. Nos 15 anos seguintes, porém, houve uma total inversão das tendências, pois, entre 1953 e 1968, os preços dos produtos industriais multiplicar-se por 110% e os produtos agrícolas cresceram 92 vezes, enquanto os do café não aumentaram

senão 38 vezes. Os reflexos desse comportamento dos preços relativos são evidentemente para o setor agrícola dada a deterioração das relações de intercâmbio.

O rápido crescimento industrial no País, especialmente o Estado de São Paulo que teve, como conseqüência, um aumento do produto real da indústria que foi de 67%, enquanto a agricultura foi de 25%.

O crescimento industrial, a partir de 1947, teve como recurso o mecanismo de alto financiamento, a prática impossibilitava de se atender à demanda interna de bens e consumo através de importações.

No Paraná, os efeitos da industrialização não foram tão benéficos. Neste período, o Paraná se beneficiava com o crescimento do mercado internacional e com a elevação dos preços provocados por uma forte demanda.

O valor total das exportações do País atingiu \$1.769 milhões de dólares e foi justamente entre 1950 e 1954 que a participação do café, no valor total das exportações do café, chegou a 65,5 % . Neste período, a produção cafeeira teve um aumento na participação nacional de 11% para 31%, enquanto a paulista caiu de 38% para 44%.

Houve, assim, um grande estímulo do mercado internacional para que se ampliem os cafezais paranaenses e se reduzam os de São Paulo. PADIS (1981)

Conforme PADIS (1981, p. 137), "Em janeiro de 1953 uma nova política foi implantada, dando origem a um sistema de câmbio mais flexível; através da Lei 1.807 foi criado um mercado livre de câmbio embora limitado, através do qual era permitida a entrada e saída de capital e lucro, bem como a compra e venda de moeda estrangeira para turismo."

As autoridades monetárias estabeleceram uma bonificação a favor dos exportadores porque reconheceram que o câmbio oficial não remunerava suficientemente as atividades exportadoras, porém, isso não tinha amplitude para o café. O café era o ramo de atividade convocado a contribuir com uma espécie de cota de sacrifício maior em favor do conjunto da economia. Especialmente, o setor mais dinâmico que era o setor industrial.

Depois de 1953 a situação do café brasileiro no mercado internacional começou a deteriorar, ou seja, devido à queda das cotações do produto, seja devido ao aumento crescente da produção dos países concorrentes, percebe-se claramente que a cafeicultura do país passava a receber cada vez menores incentivos ao seu desenvolvimento. Na verdade, estava instalado um novo processo de desenvolvimento da economia nacional dentro do qual os vínculos de dependência do sistema econômico brasileiro, em relação ao café, eram cada vez mais tênues, foi exatamente na década dos anos 50 que o Paraná ganhou a dianteira na produção nacional de café, deixando para trás o outro grande produtor, o Estado de São Paulo. Foi também nessa década que o desenvolvimento industrial de São Paulo se tornou vertiginoso. (PADIS, 1981, p 139)

Contudo, o Paraná e o café continuaram contribuindo para os cofres da União, bem como para custear as importações dos equipamentos industriais que levavam o Estado de São Paulo a um ritmo frenético de industrialização. O Paraná contribuiu significativamente para industrialização do estado vizinho e também para reduzir os déficits orçamentários do governo federal. Com isso, esquecendo da sua própria industrialização.

Portanto, a cafeicultura paranaense, ao mesmo tempo que foi responsável por uma transformação econômica no Estado, criou barreiras e limitações para o surgimento de outras atividades econômicas, especialmente as industriais. Os investimentos realizados na agricultura ampliaram sobremaneira o desenvolvimento das atividades ligadas à cafeicultura.

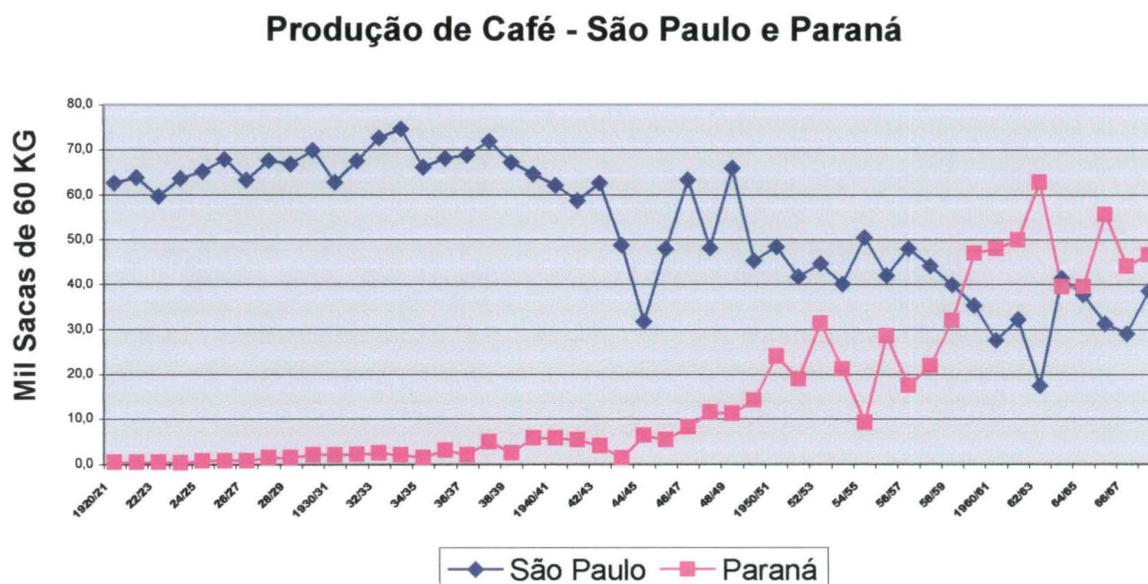
O café no Paraná teve um significado diferente de São Paulo. Enquanto em São Paulo os excedentes gerados pela cafeicultura eram aplicados diretamente dentro do próprio Estado, que foi o começo da industrialização, no Paraná, na época da cafeicultura que ali se desenvolveu, a demanda por produtos industrializados era quase plenamente satisfeita pela produção paulista, a qual, na época, sobrepujava a indústria paranaense através da industrialização. Com isso, os excedentes gerados da cafeicultura paranaense eram canalizados para São Paulo, enfraquecendo a indústria paranaense.

Em termos gerais, no Brasil, a expansão da economia ocorre de maneira diferente em relação aos outros países. No Paraná, não podia ser diferente o ritmo de crescimento, cresce “para fora”, isto é, está inserido na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, ampliando as suas exportações. As atividades relacionadas com o mercado externo se expandem, mas as atividades relacionadas com a demanda interna diminuem seu ritmo de crescimento.

Foi neste contexto que o Paraná ganhou notoriedade econômica dentro do País. O crescimento da cafeicultura dependeria cada vez mais dos aumentos de produtividade econômica, da melhor qualificação e não da maior quantidade de pés de café.

Outra característica do Paraná é a pequena distância de São Paulo, acarretando com isso uma passagem obrigatória para quem vai para a região sul, já que o Paraná não possui uma tradição industrial, então a demanda é suprida pela região paulista; com isso, o Paraná tem muita dificuldade para dinamizar o seu setor industrial. A retração da renda interna, ocorrida pela diminuição da produção cafeeira, ocasiona a queda do dinamismo e da renda dos trabalhadores em geral, gerando uma quantidade relativamente grande de desocupados em todo o Paraná, o Estado reduz o seu crescimento e investimento pela demanda de bens industrializados, a política de erradicação do café ocorreu entre 1965 e 1967.

GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO DE CAFÉ: SÃO PAULO E PARANÁ



FONTE: PADIS (1981, p. 118).

### 3.6 CAPITAL CAFEIRO

O processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiros ultrapassam largamente as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicado isoladamente. Em particular, a natureza capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo, que tem por base a economia cafeeira, não pode ser determinada unicamente em nível das plantações.

Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram à organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade.

Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros.

Os grandes fazendeiros cafeicultores com muitas posses entre eles estavam os cafeicultores dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e de Minas Gerais, com muito capital e aproveitando que no Paraná não vigorava a lei de restrição do plantio do café.

À medida que a economia cafeeira se desenvolve, o papel das casas de exportação, centralizando a compra de toda a produção, cresce. A importância dos capitais aplicados nessa esfera de economia está ligada ao nascimento dos primeiros bancos brasileiros. As operações comerciais explicam o nascimento e o desenvolvimento dos bancos.

Encontramos, muitas vezes, os mesmos homens que estão à frente de empresas que desempenham as funções mais diversas. Eles estão também, é importante destacar, à frente do aparelho de Estado, seja em nível regional (Estado

de São Paulo), seja em nível federal. As biografias dos principais fazendeiros de café são ricas em informações a esse respeito.

Toledo Piza e A. Prado são dois exemplos significativos. Todos os dois eram grandes fazendeiros, isto é, proprietários de grandes extensões de terras consagradas ao café. Prado foi um dos principais personagens da marcha para o oeste, um dos pioneiros do café. Mas ele era também o proprietário de um dos primeiros e um dos principais bancos de São Paulo e do Brasil; um dos principais dirigentes do Ofício de Imigração; o mais importante acionista da Paulista (companhia de estrada de ferro), onde exercia a função de presidente. Toledo Piza era o proprietário de uma das mais importantes casas de exportação de Santos e também "comerciante de terras". Foi diversas vezes Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

### 3.7 IMPORTÂNCIA DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Observa-se que a importância do café na economia do Estado está diretamente relacionada com a industrialização da cafeicultura no Paraná.

Essa industrialização se deve em grande parte ao investimento, por parte privada (através do capital cafeeiro), e também por parte estatal; nessa, podemos citar vários órgãos que foram criados para dar suporte a essa industrialização.

Evidentemente, a execução econômica destes investimentos exigiu a implementação de um aparelhamento técnico e executivo que vêm revelando condições de atender com rendimento adequado às necessidades de programação e execução de obras e serviços representados pelos órgãos públicos (Anexo 4) relacionados a seguir:

- a) SENA;
- b) ACARPA;
- c) IBPT;
- d) CODEPAR.

### 3.8 COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAFÉ

O processamento do café é feito de forma simples, consistindo no beneficiamento, torrefação e moagem. As máquinas e equipamentos utilizados no processamento do café são simples e geralmente são importados do Estado de São Paulo ou do exterior, pois no Paraná não há, nesta época, nenhuma empresa que os produza.

A unidade processadora é uma pequena empresa, que absorve a produção de café de uma pequena cidade e vende o seu produto no mercado local. O capital inicial para se abrir uma empresa deste gênero é pequeno, pois basta ao empresário ter um local onde possa processar o café, ter um pequeno capital para comprar as máquinas e os equipamentos, o café e contratar a mão-de-obra necessária. Caso o empresário não dispusesse de recursos, poderia recorrer aos empréstimos principalmente das casas de créditos do Estado de São Paulo.

Muitas unidades processadoras se localizam no interior das fazendas de café e, quando se localizam nas cidades, a maioria pertence a fazendeiros que cultivam café. Sendo assim, não há uma distinção clara entre a atividade de processar o café, e a de produzi-lo.

O café destinado à exportação é apenas beneficiado, enquanto o café destinado ao mercado interno é beneficiado, torrado e moído. As pequenas empresas processadoras de café geralmente compram o café dos pequenos produtores. O café dos grandes produtores, quando destinado ao mercado interno, é processado dentro da própria fazenda.

Como o café é apenas processado e não transformado, nesta fase, não existe agroindústria do café, o que pressupõe o processamento e a transformação.

O principal mercado do café paranaense é o mercado externo, já que o mercado local é insignificante, pois a demanda do produto é muito pequena. O fato de a produção da região ser muito superior à demanda do produto também contribui para a exportação.

O café paranaense é exportado pelo Porto de Santos, pois o Porto de Paranaguá, em virtude da falta de boas vias de comunicações, encontra-se isolado da região. O café é levado via estrada de ferro São Paulo - Paraná até a cidade de

Ourinhos; daí para a cidade de São Paulo pela Estrada de Ferro Sorocabana, de onde é levado para o Porto de Santos.

As empresas que vendem o café no mercado interno geralmente são as mesmas que o processam. As empresas que exportam o produto são, em geral, grandes empresas, que na sua maioria pertencem a empresários paulistas.

### 3.9 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO CAFEEIRA EM RELAÇÃO AO BRASIL

TABELA 7 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE CAFÉ NO BRASIL E PARANÁ - 1947 A 1981

BRASIL (B)							
ANO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO	PARTICIPAÇÃO
	(ha)	(sc 60 kg)	(sc/ha)	(ha)	(sc 60 kg)	(sc/ha)	PR/BR (A/B) (%)
1960	4.419.537	34.746.550	7,9	1.335.601	16.238.641	12,2	46,7
1961	4.383.820	37.145.066	8,5	1.411.227	17.364.350	12,3	46,7
1962	4.462.657	36.505.058	8,2	1.620.798	21.292.958	13,1	58,3
1963	4.286.129	27.508.783	6,4	1.600.674	10.471.050	6,5	38,1
1964	3.696.281	17.366.891	4,7	1.220.736	7.313.425	6,0	42,1
1965	3.511.079	38.234.125	10,9	1.286.479	14.637.258	11,4	38,3
1966	3.057.470	20.047.808	6,6	1.311.033	9.881.658	7,5	49,3
1967	2.791.650	25.124.925	9,0	1.179.547	12.585.333	10,7	50,1
1968	2.622.885	17.628.366	6,7	1.187.532	8.366.667	7,0	47,5
1969	2.570.899	21.391.783	8,3	1.150.403	12.433.333	10,8	58,1
1970	2.402.993	12.579.333	5,2	1.048.400	1.633.333	1,6	13,0
1971	2.390.345	25.857.700	10,8	1.030.081	12.800.000	12,4	49,5
1972	2.265.695	24.928.416	11,0	1.034.221	9.333.333	9,0	37,4
1973	2.079.741	14.548.291	7,0	839.578	3.975.000	4,7	27,3
1974	2.155.017	26.921.816	12,5	933.677	10.400.000	11,1	38,6
1975	2.216.921	21.204.966	9,6	942.589	10.216.667	10,8	48,2
1976	1.121.015	6.266.408	5,6	3.724	3.842	1,0	0,1
1977	1.941.473	16.256.425	8,4	619.101	1.781.450	2,9	11,0
1978	2.183.673	21.127.691	9,7	670.400	5.169.192	7,7	24,5

1979	2.406.239	22.212.875	9,2	632.485	1.983.875	3,1	8,9
1980	2.433.604	17.686.591	7,3	635.877	2.755.583	4,3	15,6
1981	2.617.836	33.870.175	12,9	687.458	7.603.700	2,9	22,4

FONTE: IPARDES (1987)

O preço recebido pelo produtor , no Paraná, foi de US\$ 34,2/60 kg e, na Bolsa de Nova York, US\$ 65,68 ou 49,65 centavos de dólar por libra peso.

Para transportar toda a safra do Paraná foi preciso muito trabalho visando melhoria da infra-estrutura paranaense, e o que mais se fez foram investimentos nas rodovias.

### 3.10 INFRAESTRUTURA

#### 3.10.1 Rodovias

A região cafeeira está ligada ao sul do Estado, onde se localiza a sua Capital e o litoral (Porto de Paranaguá), através da Rodovia do Café, com aproximadamente 400 km inteiramente asfaltados, fundada em 1967. É a estrada de integração da região com as demais zonas do Sul do Estado. Através dela são escoados a maioria dos produtos da região cafeeira.

A ligação com São Paulo e feita através da chamada Rodovia dos Cereais, que corta a região no sentido horizontal, passando por quase todas as principais cidades, permitindo o escoamento de parte da produção agrícola e a vinda de produtos de São Paulo, para atendimento do consumo da grande massa populacional da área. Esta rodovia também está inteiramente asfaltada.

As demais estradas da região não são asfaltadas, sendo algumas macadamizadas e ensaibradas e a grande maioria em leito natural. Os principais eixos rodoviários estão indicados no Mapa de Fluxo adiante relacionado.

A precariedade da rede existente é resultado da rapidez de colonização da região e do vulto das aplicações necessárias, cerca de NCR\$ 200 000900 por km de pavimentação.

O programa de obras em curso é resultado de estudos locais, de programas federais e compatível com os montantes de recursos disponíveis.

Os quadros seguintes explicitam o considerável esforço que vem sendo efetuado no sentido de atenuar as deficiências existentes na região cafeeira do Estado, principalmente em relação ao Norte Novíssimo.

### 3.10.2 Ferrovias

A região norte do Paraná estava ligada a São Paulo através da Rede Ferroviária Federal, (Ourinhos) em São Paulo até Jataizinho,(PR), e também passava por municípios vizinhos, o que permitia, se bem que em precárias condições, o escoamento de alguns produtos do norte Paranaense.

A ligação com o sul do Estado, onde se localiza a Capital e o porto marítimo, é feita pela mesma ferrovia, tendo as composições que se deslocarem até as fronteiras de São Paulo, para depois tomarem a direção sul.

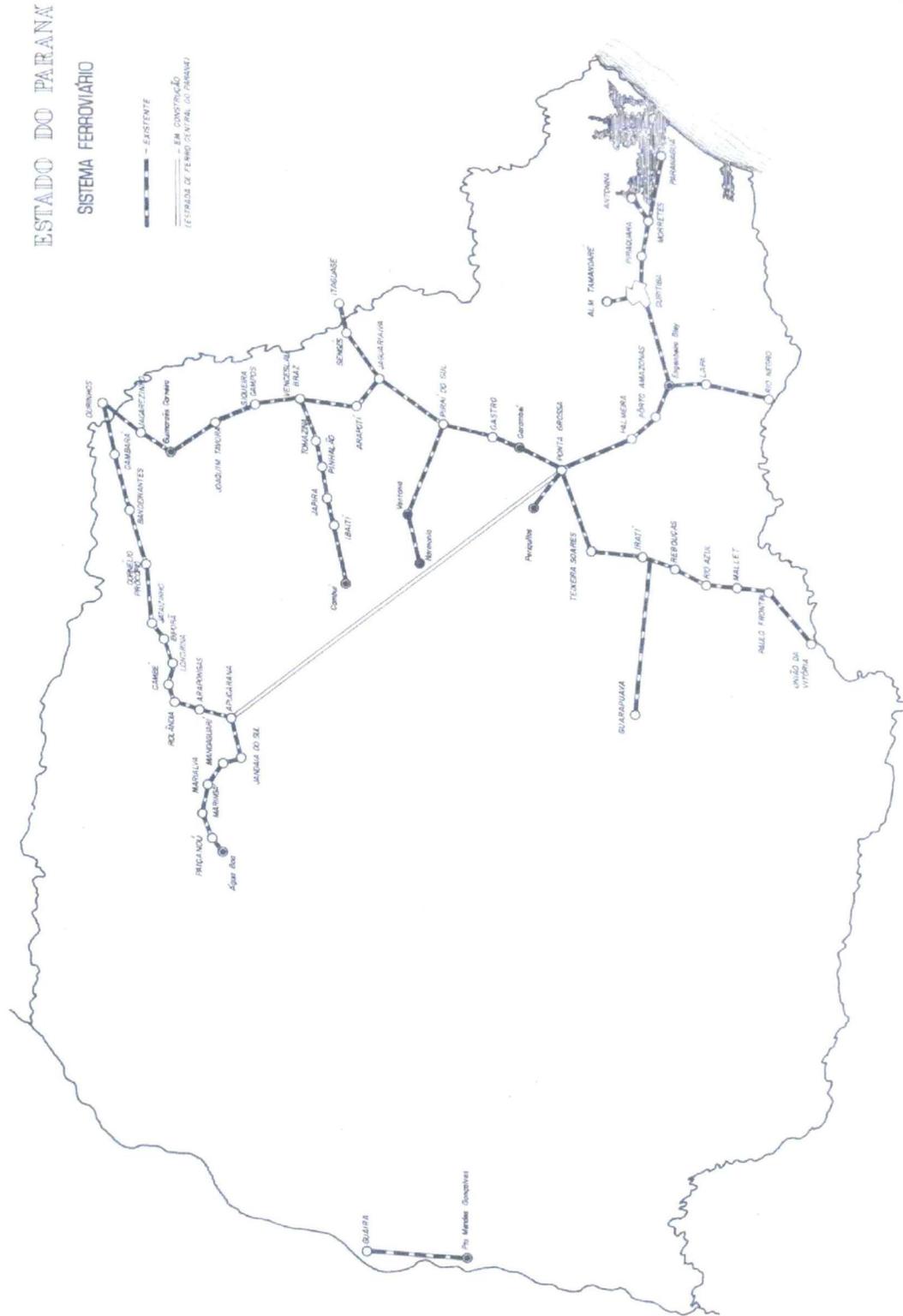
Encontra-se atualmente em fase de construção a ferrovia central do Paraná, que cortará o centro do Estado, fazendo as ligações entre os municípios de Apucarana, na região cafeeira e Ponta Grossa no sul, com uma economia de aproximadamente 300 km, permitindo melhores condições de escoamento da produção. IBGE, (2005)

### 3.10.3 Programa de Obras Rodoviárias

A precariedade da rede existente é resultado da rapidez da colonização na região norte do Paraná e do grande volume que serão necessários que se apliquem na melhoria da pavimentação das rodovias paranaenses.

A rodovia mais importante do Estado é a BR 277, que também é conhecida por Rodovia do Café, que liga o norte Paranaense ao Porto de Paranaguá, caminho obrigatório para o escoamento da produção do Estado para exportação. IBGE, (2005)

MAPA 1 – SISTEMA FERROVIÁRIO



FONTE: CANCIAN (1981)

## 5 CONCLUSÃO

A economia paranaense na década de 60 estava a pleno vapor, o café dominava cada vez mais o cenário paranaense, grandes pólos regionais, micro-regiões é um verdadeiro Eldorado

Assume o governo do Paraná o governador Ney Braga, o qual com autoridade começa uma pacificação do norte do Paraná, em relação as terras que tinham sido tomada por grilheiros, com o objetivo de unificação e união política administrativa do Estado do Paraná, de norte a leste.

Na década de 60, é concluída a estrada que liga o norte do Paraná com o Porto de Paranaguá, com isso é aumentando, em muito, o nível do transporte de cargas dando um novo fôlego para a economia paranaense, pois se trata de um importante corredor para escoar a safra de café. Com isso, a BR-277 ficou conhecida com a Rodovia do Café.

O café ainda promoveu uma grande marcha para o oeste, o que impulsionou uma grande infra-estrutura na região norte do Paraná, bem como uma grande migração de trabalhadores na área rural. O fluxo constante de trabalhadores vem se desenvolvendo desde a década de 20, também com a criação de várias cidades com é o caso de Londrina, Maringá, Apucarana, Umuarama etc.

O café, para o seu cultivo e colheita, necessita de uma grande quantidade de mão-de-obra, visto que o desenvolvimento dessas regiões se comporta diretamente proporcional ao número de trabalhadores rurais, os quais, com salários pagos pelos cafeicultores, viabilizavam economicamente a região.

Concluindo, com todas as características citadas acima, podemos afirmar que o café influenciou sobremaneira o desenvolvimento do norte do Paraná na década de 60.

## REFERÊNCIAS

- CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARNEIRO, David. Fasmas Estruturais da Economia do Paraná, Curitiba: UFPR, 1969
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Fundo de Cultura, 1959.
- GUARNIERI, Laura. A experiência de planejamento no setor cafeeiro. Campinas: Nova, 1970.
- IBC. Anuário de Estatística do Café. 1973.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
- IPARDES, Fundação Edson Vieira. Nova configuração espacial do Paraná.
- Martins, Romário. História do Paraná, São Paulo: Rumo, 1979
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- RAGGIO, Nádia Tese sobre a formação econômica do Paraná. 1985

## ANEXOS

## ANEXOS

ANEXO 1 – COMENTÁRIO SOBRE A OBRA DE ALGUNS AUTORES CITADOS .....	45
ANEXO 2 – O CAFÉ .....	46
ANEXO 3 – ESTRUTURA DA PROPRIEDADE.....	49
ANEXO 4 - ÓRGÃOS ESTADUAIS RELACIONADOS À AGRICULTURA .....	50

## ANEXO 1 – COMENTÁRIO SOBRE A OBRA DE ALGUNS AUTORES CITADOS

CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense.

A autora foi de grande importância para a realização da monografia. Sua obra relata os diversos ciclos da cultura cafeeira, sua ascensão e seu declínio, os diversos tipos de combinação de uso da terra, também faz menção ao processo de diversificação agrícola como uma alternativa para os produtores rurais fixados na região norte do Estado.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil.

O autor argumenta sobre a formação econômica do Paraná, os vários ciclos econômicos que o Brasil teve, em modo especial, o ciclo cafeeiro o qual teve uma importância considerável para o País.

RAGGIA, Nadia. Tese sobre a formação econômica do Paraná.

A autora discute a parte de colonização do Paraná, bem como o caráter social.

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná.

O autor comenta sobre vários momentos que marcaram a história econômica do Paraná e sua origem, fixação e características, relatando os diversos ciclos econômicos do Paraná e dedica atenção especial ao mate.

## ANEXO 2 – O CAFÉ

### 1. CARACTERÍSTICA DA PLANTA

O café é um arbusto primo da gardênia e da quina. Para se desenvolver normalmente, precisa de um clima quente e úmido e um terreno que pode ser vulcânico. Sua altura pode chegar a 10 metros, mas geralmente é limitado a 2 ou 3 metros para se obter uma colheita mais fácil.

Um pé de café dá seus primeiros frutos 5 anos depois de ter sido plantado. Ele produz em média 2,5 kg de "cerejas" por ano. Esses 2,5 kg de cerejas darão 0,5 kg de café verde, que corresponde à cerca de 0,4 kg de café torrado. As plantações de café são, na maior parte, propriedades exploradas por famílias. No momento em que brotam, variam segundo o clima e a altitude. Cada galho lembra um *bouquet* branco com cheiro de jasmim. As flores desabrocham em uma só manhã, agrupadas em um pequeno feixe. Alguns meses mais tarde, a flor dá um fruto ovóide, de cor vermelha, tendo de 10 a 15 mm de diâmetro por 17 a 18 mm de altura. Este fruto contém dois grãos colados.

O grão de café tem a cor cinza amarelado, variando segundo a região de produção, a maneira como é preparado e o tempo que é escorrido depois da colheita. O mais freqüente, sendo também a regra para os cafés de qualidade, é a colheita das cerejas vermelhas escuras, na perfeita maturidade, feita à mão. Para preparar o café para ser exportado, uma série de precauções são necessárias: deve-se eliminar as folhas, as bagas ainda verdes.

Em relação ao Paraná, o café foi responsável pela colonização do norte do Estado com um espantoso crescimento demográfico jamais visto na história moderna do Brasil, não esquecendo o cenário econômico, fazendo com que o Estado assumisse o posto de principal produtor do País. ABIC, (2005)

## 2 COMPOSIÇÃO QUIMICA

O café possui apenas de 1 a 2,5 % de cafeína e diversas outras substâncias em maior quantidade. E estas outras substâncias podem até ser mais importantes do que a cafeína para o organismo humano. O grão de café (café verde) possui, além de uma grande variedade de minerais como potássio (K), magnésio (Mg), cálcio (Ca), sódio (Na), ferro (Fe), manganês (Mn), rubídio (Rb), zinco (Zn), Cobre (Cu), estrôncio (Sr), cromo (Cr), vanádio (V), bário (Ba), níquel (Ni), cobalto (Co), chumbo (Pb), molibdênio (Mo), titânio (Ti) e cádmio (Cd); aminoácidos como alanina, arginina, asparagina, cisteína, ácido glutâmico, glicina, histidina, isoleucina, lisina, metionina, fenilalanina, prolina, serina, treonina, tirosina, valina; lipídeos como triglicerídeos e ácidos graxos livres, açúcares como sucrose, glicose, frutose, arabinose, galactose, maltose e polissacarídeos.

Adicionalmente, o café também possui uma vitamina do complexo B, a niacina (vitamina B3 ou vitamina PP de "Pelagra Preventing" do inglês) e, em maior quantidade que todos os demais componentes, os ácidos clorogênicos, na proporção de 7 a 10 %, isto é, 3 a 5 vezes mais que a cafeína. Após a torra, os ácidos clorogênicos formam diversos quinídeos, que possuem vários efeitos farmacológicos, como aumento da captação de glicose (efeito antidiabético), ação antagonista opióide (efeito anti-alcoolismo) e inibidora da recaptção da adenosina (efeito benéfico na microcirculação).

A cafeína atua antagonizando os efeitos da adenosina, uma substância química do cérebro (neurotransmissor) que causa o sono, e da microcirculação, onde melhora o fluxo sanguíneo. Os ácidos clorogênicos (7 -10 %) são polifenóis com ação antioxidante, que no processo de torra forma quinídeos, os quais possuem um potente efeito antagonista opióide. Isto é, bloqueiam no sistema límbico, o desejo excessivo de autogratificação que leva o indivíduo insatisfeito a se deprimir e a consumir drogas como nicotina, álcool e mesmo as ilegais.

Adicionalmente, o quinídeos que inibem a recaptção da adenosina (a qual atua por mais tempo), agindo, assim, de forma protetora contra os efeitos da cafeína nas células nervosas e melhorando a microcirculação. Por isso, o consumo regular de uma planta como o café, na dose de 4 xícaras diárias, pode ajudar a prevenir a

depressão e suas conseqüências, como o consumo de drogas, conforme dados de diversos estudos científicos modernos feitos no Brasil e no exterior.

Estes resultados inéditos se caracterizam porque a humanidade escolheu esta planta como bebida matinal para consumo logo ao acordar e para se manter desperta, ativa e de bom humor durante o dia: a cafeína estimula a vigília; a atenção; a concentração; a capacidade intelectual e os ácidos clorogênicos modulam o estado de humor, impedindo a depressão que leva ao consumo de drogas legais, como o álcool ou ilegais, como cocaína, maconha e outras. Por isso, o consumo diário de café, com ou sem leite, em doses moderadas de até quatro xícaras diárias é recomendado para jovens e adultos de todo o mundo. A bebida, uma solução aquosa, não contém gorduras e proteínas, sendo destituída de valor calórico. ABIC, (2005)

### 3 O QUE É CAFÉ ADENSADO

O Café Qualidade Paraná é hoje produzido neste novo modelo tecnológico, com base no sistema do café adensado, obtido através de resultados de mais de 20 anos de pesquisas. Este sistema utiliza as variedades de porte baixo e resistentes a doenças e por isso requer um menor uso de agroquímicos.

O sistema adensado proporciona alta reciclagem de nutrientes através de incorporação da matéria orgânica oriunda dos resíduos das folhas. Nesse sistema, a colheita é seletiva, com maior porcentagem de grãos maduros e com alto grau de higienização durante as operações de colheita, a derricha dos frutos é feita sobre recipientes apropriados (colheita no pano) que evita o contato com o solo. Os frutos do café são secos ao sol e/ou em secadores com mucilagem, cujo açúcar determina o gosto de café natural. ABIC, (2005)

### ANEXO 3 – ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

A estrutura da propriedade está dividida basicamente em:

- a) **Sede** – onde o proprietário da fazenda reside, juntamente com seus familiares, eram construções luxuosas que refletiam o poder econômico dos moradores;
- b) **Colônia** – que era o conjunto de casas onde residia os trabalhadores da fazenda;
- c) **Tulia** – galpão de madeira ou de tijolo para o armazenamento do café;
- d) **Terreiro** – destina-se a secagem do café, pode ser de cimento ou tijolo;
- e) **Pomar** – área destinada à plantação de frutas, que serviam basicamente para o consumo na fazenda;
- f) **Horta** – área destinada à plantação de hortaliças, que serviam basicamente para o consumo na fazenda;
- g) **Pasto** - área destinada á criação de animais, que serviam para a alimentação na fazenda, bem como para o trabalho. **RAGGIO**, (1985)

## ANEXO 4 - ÓRGÃOS ESTADUAIS RELACIONADOS À AGRICULTURA

### 1 SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

Dentre as atividades dos Diversos Departamentos que integram a Secretaria da Agricultura, cumpre registrar as seguintes:

- a) Extensão e fomento;
- b) Produção animal;
- c) Ensino agrícola;
- d) Convênios;
- e) Atividades extra-classe;
- f) Fundo de equipamento agropecuário;
- g) Economia rural;
- h) Assistência ao cooperativismo;
- i) Convênios M.A. = Contap-Usaid-Paraná;
- j) Instituto de Defesa ao Patrimônio Nacional (PADIS, 1981).

### 2 ACARPA

Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) é uma sociedade civil sem fins lucrativos mantida por um convênio com o Governo Federal, através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e com o Governo do Estado do Paraná.

A ACARPA tem por objetivo a organização da Sociedade Rural e elevação de seus padrões sócio-econômicos, atuando sobre a família rural, em amplo programa de atividades. (PADIS, 1981).

### 3 COMPANHIA CAFÉ DO PARANÁ

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ, sociedade de economia mista estadual foi fundada em janeiro de 1962, com sede em Curitiba. Sua constituição é fundamentada na Lei n. 94.395, de 8/8/61, tendo sido regulamentada através do Decreto n. 4 135, de 3/10/61.

A Lei n. 4.395 fixa como finalidade básica, prestar serviços à lavoura e à pecuária paranaense visando a sua racionalização e ao aumento de sua produtividade. BADEP, (1971)

#### 4 IBPT

O Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica (IBPT) tem por objetivo básico pesquisas, estudos e trabalhos rotineiros de análise, fabricação de vacinas, quimioterápicos, etc. Executado pelas divisões de pesquisa agronômicas, de bioquímicas, e de pesos e medidas de química e de tecnologia e de pesquisas veterinárias. IBGE, (2005)

#### 5 CODEPAR

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, uma sociedade mista com objetivo básico de gerir recursos do fundo de desenvolvimento do Paraná. Essa companhia é administrada por uma diretoria. BADEP, (1971)